

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

REITORIA

Ata da quarta reunião do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às nove horas, no prédio da Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, situado na Avenida Teotônio Segurado, Edifício *Carpe Diem*, sem número, lote três, sétimo andar, plano diretor sul, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, CEP: 77 015-002, reúne-se, em reunião ordinária, sob a presidência do Magnífico Reitor, Francisco Nairton do Nascimento, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins, composto pelo Reitor, como presidente; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de suplentes, por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos Diretores-Gerais de *Campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a presença dos representantes dos diretores dos *Campi*, Octaviano Sidnei Furtado, 1º titular, Miguel Camargo, 2º titular; dos servidores docentes, Orlando Dias Carneiro, 1º titular, Danilo Gomes Martins, 2º titular, Fábio Silveira Vidal, 1º suplente; dos representantes dos discentes, Jefferson Souza Noronha, 1º titular, Bruno Henrique Fernandes, 2º titular, Albert Lennon Lima Martins, 1º suplente; representantes dos egressos, Timóteo de Sousa Lemes, 1º titular, Fernando de Deus Santos, 2º titular; dos representantes dos servidores técnico-administrativos, Cícero Salatiel Pereira Lopes, 1º titular, Francisco das Chagas Chaves da Rocha, 2º titular, Eder Brasil de Moraes, 1º suplente. O presidente confere o quórum da reunião e declara aberta a reunião. Logo após, lê as justificativas para o não comparecimento do Representante do Ministério da Educação (MEC), Paulo César Pereira, do Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins (Sintras), Getúlio de Souza Araújo e da Representante da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Tocantins (C&T), Maria da Penha

CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS -IFTO / ATA Nº 04/2010

35 Barbosa. Em seguida, o Reitor apresenta a equipe gestora da Reitoria, informando que
36 esta é a primeira reunião do Conselho durante em sua gestão. A ata da reunião anterior é
37 lida e aprovada, por unanimidade. Após a leitura da ata, os novos representantes do
38 segmento Diretores-Gerais são empossados, o Diretor-Geral do *Campus* Palmas,
39 Octaviano Sidnei Furtado e o Diretor-Geral *Pro-Tempore* do *Campus* Araguatins, Miguel
40 Camargo. Fica registrado em ata que os conselheiros, unanimemente, concordaram com
41 a posse dos novos Diretores-Gerais, visto que a ata da reunião que elegeu os
42 representantes deste segmento não foi localizada entre os documentos do Conselho
43 Superior. Desta forma, o presidente lembrou que a representação dos Diretores-Gerais
44 dos *campi* é por *Campus* e não por pessoa. O próximo ponto de pauta é a convalidação
45 das Resoluções *ad referendum* nº. 002 e nº. 005, que tratam, respectivamente, da
46 autorização para oferta do Curso Superior de Tecnologia de Laticínios e dos Cursos
47 Técnicos em Administração, Meio Ambiente e Informática (*Campus* Paraíso do Tocantins)
48 e da autorização *ad referendum* para oferta dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino
49 Médio em Informática e Subseqüente em Análises Clínicas (*Campus* Araguaia). Após
50 leitura das resoluções, estas foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, a
51 homologação do resultado da consulta para escolha do Diretor-Geral do *Campus*
52 Araguatins foi colocada em votação. O até então Diretor-Geral *Pro-Tempore* do *Campus*
53 Araguatins, Miguel Camargo, leu a ata com o resultado final que elegeu Décio Dias dos
54 Reis como Diretor-Geral do respectivo *Campus*. O resultado da consulta foi homologado
55 pelos conselheiros, por unanimidade. Logo após, a auditora interna da Reitoria, Rosana
56 Sara Brito, é convidada para apresentar o Plano anual de Atividades de Auditoria Interna
57 (PAINT) do IFTO, ela explica que o plano foi elaborado intempestivamente, em virtude do
58 quadro resumido de servidores, mas que este precisa ser elaborado, autorizado e
59 colocado em prática, uma vez que é obrigatoriedade segundo o Decreto nº. 3.591/2000. A
60 auditora explica os principais pontos lembrou sobre a importância em o IFTO estabelecer
61 um plano de auditoria interna. O PAINT, que descreve as atividades da auditoria e o
62 cronograma destas durante o ano. E que após a nomeação dos novos auditores, algumas
63 atividades poderão ser otimizadas, a auditora lembrou que algumas ações da auditoria
64 são sigilosas, previstas por lei. Cícero Salatiel questiona se as atividades foram
65 implementadas para a área pedagógica. Rosana explica que devido o quadro resumido e
66 o tempo inábil não foi possível essa extensão. A auditora resumiu as ações: auditoria no
67 almoxarifado, recursos humanos, licitações feitas ao longo do ano. Além da auditoria dos
68 contratos, convênios, acompanhamento da gestão orçamentária e financeira,
69 assessoramento de gestão. Ela lembrou que a Auditoria Interna não é responsável por
70 elaborar parecer jurídico e sim de aprimoramento de controle interno, e que as ações
71 definidas no PAINT priorizaram as atividades que envolvem grande vulto de dinheiro.

72 Cícero Salatiel lembrou que o papel da auditoria é acompanhar e recomendar a execução
73 correta das atividades, para prevenir problemas com os órgãos de controle. A auditora
74 ressaltou que a auditoria interna é um suporte à Controladoria Geral da União (CGU). O
75 PAINT foi autorizado por unanimidade pelos conselheiros. O próximo ponto da pauta foi a
76 apresentação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's). O professor Rodrigo Carvalho
77 Dias, na época coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática (*Campus* Palmas),
78 apresentou o PPC do curso. Ele explicou que a entrada no curso é anual em função da
79 demanda, desta forma, uma saída para a dependência é a oferta de cursos de verão.
80 Falou sobre a duração do curso, 4 anos, e que os professores do curso dos *campi* de
81 Palmas e Paraíso do Tocantins estudaram formas de unificar a estrutura curricular,
82 mudando a duração deste para 3 anos e meio. O presidente explicou que quaisquer
83 alterações nos projetos pedagógicos devem passar pelo Conselho Superior, como órgão
84 Máximo deliberativo do IFTO. O presidente falou sobre a necessidade de estabelecer uma
85 política de capacitação no IFTO, uma vez que a titulação dos docentes influencia na
86 avaliação do MEC. O professor Rodrigo Dias lembrou que o corpo docente do Curso de
87 Licenciatura em Matemática, que contam com 2 mestres e 7 especialistas, e aproveitou
88 para destacar que esse pode ser um problema futuro. Além disso, o professor reiterou a
89 importância das licenciaturas, visto que, faltam professores na área de matemática para a
90 educação básica. Ao explicar a estrutura curricular do curso o professor Rodrigo Dias
91 explicou o problema em relação à disciplina de Educação Inclusiva, que não há legislação
92 específica para esta e que é importante definir parâmetros para ela nos cursos do IFTO.
93 Além disso, Rodrigo Dias explicou que o corpo docente precisou fazer uma adaptação
94 quanto à disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), esta precisa ser uma disciplina
95 específica. Dessa forma, foi necessário incluir a disciplina Fundamentos em Libras, com
96 carga horária de 40 horas. O professor Danilo Gomes Martins ressaltou que é importante
97 modificar a estrutura imediatamente, uma vez que o curso está sendo oferecido. O
98 professor Rodrigo Dias reiterou que a última versão está alterada e que as turmas que já
99 estão em andamento passem por ela. O Reitor lembrou que esse ajuste é necessário. O
100 professor Octaviano Sidnei Furtado destacou que é importante a realização de um
101 concurso específico para docentes de Libras, além de uma política de qualificação do
102 quadro para atendimento dessas especificidades. Após perguntas dos conselheiros sobre
103 o acervo para o curso, o professor Rodrigo Dias explicou que os livros que ainda não têm
104 na biblioteca, já foram solicitados à Direção do *Campus*. Após as recomendações os
105 conselheiros autorizaram o curso, por unanimidade. Em seguida, o professor Márcio
106 Boher, representando o coordenador do Curso de Licenciatura em Física (*Campus*
107 Palmas), Weimar Castilho, apresentou o PPC do curso. Ele explicou que a duração do
108 curso ficou definida em 3 anos e meio, logo após Timóteo Lemes questionou o porquê de

109 3 anos e meio, daí o professor Márcio Boher destacou que por não haver problemas
110 legais, os coordenadores tentaram uniformizar as licenciaturas do *Campus* Palmas do
111 IFTO. Márcio Boher destacou que a entrada no curso também é feita de forma anual, em
112 função do número de docentes, é complicado oferecer a entrada semestral. O Curso de
113 Licenciatura em Física também passou por adaptações quanto à oferta da disciplina de
114 Libras. Após apresentação o curso foi autorizado, por unanimidade, pelo Conselho. Logo
115 após, a coordenadora da área profissional Turismo e Hospitalidade, professora Veruska
116 Dutra, apresentou as alterações no Curso Técnico Subseqüente em Hospedagem
117 (*Campus* Palmas), primeiramente, ela explicou que a mudança na estrutura curricular, de
118 2 módulos para 3 módulos, além da entrada anual. A coordenadora explicou que para a
119 entrada semestral a concorrência é baixa, uma vez que muitos alunos não conhecem o
120 perfil do curso. Outra peculiaridade segundo a professora é o número de vagas, no total,
121 são 30 vagas oferecidas, visto que esta é a capacidade do laboratório. Nesta hora a
122 coordenadora abre um parêntese para ressaltar que o laboratório de hospedagem está
123 sendo concluído e já é referência da região Norte. A professora destaca que a bibliografia
124 da área está bem contemplada na biblioteca do *Campus* Palmas. O professor Octaviano
125 Sidnei Furtado questiona a subtração no número de estudantes para o ingresso anual,
126 uma vez que é preciso considerar a evasão ao longo do curso. A professora Veruska
127 explica que a evasão é pequena, mas que o corpo docente é reduzido para ministrar
128 aulas para turmas concomitantes. Por outro lado, o professor Miguel Camargo indaga
129 sobre o mundo do trabalho para o egresso e se a remuneração está de acordo com o
130 nível técnico. A coordenadora informa que segundo levantamento próprio, cerca de 70%
131 dos egressos estão trabalhando na área, porém ainda não recebem remuneração como
132 técnicos, que é preciso uma mudança de cultura. O presidente coloca as mudanças em
133 votação. A professora Veruska Dutra sugere que o curso seja oferecido pela modalidade
134 EaD. O conselheiro Bruno Henrique questiona se seria bom, e Timóteo Lemes indaga a
135 respeito das disciplinas de línguas estrangeiras. A coordenadora explica que para as
136 aulas pela EaD seriam feitos vídeos de demonstração, e quanto às línguas, são ofertadas
137 inglês e espanhol para conversação. O professor Octaviano Sidnei Furtado sugere que o
138 projeto seja mantido, mas com a entrada de 40 alunos por ano e que a direção do
139 *Campus* dará suporte para a entrada e rodízio dos alunos. A professora Veruska Dutra
140 concorda com a sugestão em fazer um teste com a primeira turma, a entrada com 40
141 estudantes e que depois os resultados sejam apresentados ao Conselho Superior. A
142 seguir, o professor Maxwell Moura Costa, coordenador do Curso Técnico Médio Integrado
143 e Subseqüente Mecatrônica (*Campus* Palmas), apresentou os PPC's. Em primeiro lugar
144 ele apresentou o Curso Técnico Subseqüente, que são 30 vagas semestrais, com
145 estrutura modular e itinerário formativo, além do estágio supervisionado. O professor

146 Octaviano Sidnei Furtado solicitou ao Reitor que fosse adotado um modelo padrão para
147 os PPC's do IFTO, o presidente reiterou que o objetivo destas apresentações ao
148 Conselho, é que a Reitoria juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino acompanhe e auxilie
149 nessa padronização. Logo após, o professor Maxwell Costa apresentou o Curso Técnico
150 Médio Integrado, durante esta surgiu a dúvida quanto à hora aula, o professor Miguel
151 Camargo questionou sobre isso. E o professor Maxwell Costa explicou que a hora aula do
152 Curso Técnico Médio Integrado é de 45 minutos e do Curso Técnico Subseqüente é 50
153 minutos. O conselheiro Miguel Camargo sugeriu que a hora aula fosse normatizada, então
154 o conselheiro Octaviano Sidnei Furtado explicou que por questões externas, em especial
155 a locomoção dos alunos, o *Campus* ainda não pode padronizar a hora aula, mas que será
156 estudado pela Gerência. O professor Octaviano Sidnei Furtado demonstrou preocupação
157 quanto à oferta de 30 vagas e sugeriu o aumento para 40 vagas. O professor Maxwell
158 Costa explicou que não veria problemas nesse aumento para o Curso Técnico Médio
159 Integrado. Logo após, as discussões e sugestões os dois cursos foram autorizados. A
160 reunião foi pausada, para reinício às 14 horas. Durante a retomada da reunião no período
161 vespertino, o presidente explicou a importância da autorização dos PPC's diante do
162 Conselho Superior, para que todas as alterações e exclusões sejam documentadas. Em
163 seguida, o professor Eustáquio Leal, representando o coordenador do Curso Técnico em
164 Administração (*Campus* Palmas), apresentou o PPC do curso. Ele explicou que são
165 ofertadas 40 vagas, anualmente, curso seriado em 4 anos, com 16 disciplinas de
166 formação profissional. O conselheiro Danilo questiona como os alunos recebem as
167 disciplinas mais complexas, como, direito administrativo e contabilidade. Eustáquio Leal
168 afirma que a preocupação é bem fundamentada, mas é preciso fazer um levantamento
169 para verificar esse recebimento. Timóteo Lemes questiona se a titulação é contemplada
170 nos concursos públicos e Eustáquio Leal informa que o Conselho Regional de
171 Administração (CREA) está verificando a demanda. O professor Octaviano Sidnei Furtado
172 ressalta que o mercado de trabalho para alguns egressos de cursos técnicos ainda está
173 instável, mas que a proximidade da Reitoria com os respectivos conselhos fomentará a
174 consolidação dos cursos. O conselheiro Timóteo Lemes questiona se todos os PPC's de
175 todos os cursos passarão pelo Conselho Superior. O presidente informa que com a nova
176 institucionalidade é necessário que todos os PPC's passem pela autorização do Conselho
177 Superior. O professor Miguel Camargo suscita uma dúvida quanto ao estágio do Curso
178 Técnico em Administração ser preferencialmente dentro da instituição e Eustáquio Leal
179 explica que passará o questionamento para o coordenador. Após discussões o Curso
180 Técnico em Administração é autorizado. Em seguida, o professor Paulo Paraná apresenta
181 o PPC do Curso de Tecnologia em Logística (*Campus* Porto Nacional), com entrada
182 semestral de 40 alunos e duração de 3 anos. Ele explica a importância do curso no

183 cenário econômico atual, com a chegada da Ferrovia Norte-Sul e pelo município está em
184 uma posição estratégica para distribuição da produção. Cícero Salatiel ressalta que tem
185 outros pontos estratégicos em construção no Estado e que a oferta do curso é muito bem
186 justificada. A gerente de ensino do *Campus* Porto Nacional, Kênya Maria Lopes, explica
187 que não tem um padrão para o estágio dos Cursos Superiores de Tecnologia. O professor
188 Fábio Vidal informa que no *Campus* Paraíso do Tocantins não há estágio obrigatório para
189 estes cursos. O professor Miguel Camargo destaca a importância da efetivação de
190 parcerias com conselhos profissionais e empresas voltadas para a área. O professor
191 Paulo Paraná explica que é interessante que essas parcerias sejam efetuadas via
192 Reitoria. O conselheiro Octaviano Sidnei Furtado lembra que é importante pensar na
193 oferta de Cursos de Tecnologia, é necessário discutir a inserção dos tecnólogos no
194 mercado de trabalho. O professor Fábio Vidal destaca a importância de o Governo
195 Federal e os próprios IF's pensarem na oferta e papel dos cursos tecnológicos. O
196 conselheiro Miguel Camargo reitera que é necessário avançar com cautela nesse tipo de
197 curso, uma vez que ainda não está clara a situação dos egressos no mundo do trabalho.
198 O presidente reiterou que por hora é preferível a oferta de cursos de licenciatura, pois é
199 preciso quebrar o preconceito da sociedade em relação aos cursos de tecnologia. Após
200 as considerações o Curso de Tecnologia em Logística é autorizado. Em seguida, a
201 professora Rosinete Libânio começa a apresentação do Curso Técnico em Logística
202 (*Campus* Porto Nacional), Médio Integrado e Subseqüente, ela explicou eram ofertadas
203 35 vagas e que por ser uma área recente, a procura no primeiro seletivo deixou a desejar,
204 mas frisou a importância da área. O presidente sugeriu que pelo quadro reduzido de
205 docentes, a priori, a entrada poderia ser anual e lembrou que geralmente exame no meio
206 do ano a procura é fraca, e essa é uma situação a ser corrigida. Como a estrutura do
207 Curso Técnico é muito parecida com a do Curso Superior de Tecnologia, as discussões
208 foram encerradas e o Curso Técnico, Médio Integrado e Subseqüente, foi autorizado.
209 Logo após, a gerente de ensino do *Campus* Porto Nacional Kênya Lopes, apresentou o
210 PPC do Curso de Licenciatura em Computação, ela explicou que esse curso já é
211 oferecido pelo *Campus* Araguatins, e que a estrutura curricular deste serviu como base. A
212 professora Kênya Lopes explicou que o estágio foi modificado, colocando os estudantes
213 para estagiarem diretamente nas escolas de nível médio e a duração do curso é de 4
214 anos. Ela expôs uma preocupação em relação ao corpo docente, que ainda não está
215 estruturado. O presidente ressaltou que na época da implantação do curso em
216 Araguatins, só tinha um professor da área para elaborar o PPC. O presidente ainda fez
217 uma sugestão, que é necessário não focar o estágio só nas escolas do ensino médio. O
218 conselheiro Miguel Camargo expôs um problema quanto ao estágio, é que muitas vezes
219 não há professores suficientes para supervisionarem os estudantes. O presidente sugeriu



220 que os *Campi* voltassem os olhos para a possibilidade do estágio profissional. A
221 professora Kênya Lopes propôs que os responsáveis pelos PPC's dos cursos d
222 Araguatins e Porto Nacional se reunissem com o objetivo de adequar os planos e buscar
223 a uniformização. O presidente falou sobre a perspectiva de criação do Fórum de
224 Licenciaturas. Após isso, o Curso de Licenciatura em Computação foi autorizado. Em
225 seguida, a professora Rosinete Libânio apresentou o Curso Técnico em Informática
226 (*Campus* Porto Nacional). A apresentação foi breve, mas o conselheiro Octaviano Sidnei
227 Furtado recomendou que fosse observado o índice de eficiência acadêmica, uma vez que
228 o curso não tem conselho e não há obrigatoriedade do diploma. Após, o Curso Técnico
229 em Informática foi autorizado. A posteriori, o Diretor-Geral do *Campus* Gurupi fez um
230 breve enunciado em relação aos PPC's do *Campus*, ele explicou que alguns registros não
231 foram encontrados e que como parte das áreas são inéditas, alguns detalhes serão
232 ajustados com a estruturação do corpo docente. O professor Heitor Martins, do *Campus*
233 Palmas, apresentou o Curso Técnico em Artes e o Curso de Licenciatura em Artes
234 Dramáticas, de antemão ele explicou que é necessário adequar o curso superior em
235 relação à disciplina de Libras. O professor Miguel Camargo questionou como seria o
236 nivelamento em relação ao curso técnico. O professor Heitor Martins explicou que alguns
237 componentes se equivalem, mas os focos são diferentes, o curso técnico é voltado para a
238 atuação e o curso superior é uma licenciatura, destinada à complementação pedagógica.
239 O conselheiro Cícero Salatiel questionou a forma com que as audiências públicas foram
240 realizadas em Gurupi, visto que o mercado para o técnico é escasso e as inscrições foram
241 baixas. O professor Heitor Martins explicou que não tinha argumentos para defender a
242 oferta do curso, uma vez que não participou do início do processo, mas que às vezes é
243 preciso se desprender do desenvolvimento econômico e pensar no desenvolvimento
244 humano. O gerente de ensino de Gurupi, Marcelo Terra, ressaltou que o curso já existe e
245 agora é preciso fazer com que ele aconteça. O conselheiro Octaviano Sidnei Furtado
246 falou da importância de novas oportunidades e que é necessária a participação dos novos
247 servidores na elaboração destes PPC's. O conselheiro Danilo Martins confessou que
248 estava preconceituoso quanto às ofertas destes cursos, mas que após a apresentação
249 entendeu a relevância e importância da ofertar cursos nesta área. Logo após, o Curso
250 Técnico em Artes e o Curso de Licenciatura em Artes Dramáticas foram autorizados. Em
251 seguida, o professor Marcelo Terra, apresentou os PPC's dos Cursos Técnicos em
252 Agronegócio e Edificações, a grande mudança sugerida foi a implantação de módulos
253 independentes. Com uma entrada semestral para os cursos técnicos e 300 horas de
254 estágio para o Curso Técnico e Agronegócio e 368 horas para o Curso Técnico em
255 Edificações. O conselheiro Danilo Martins expôs sua preocupação quanto à oferta em
256 módulos independentes. O professor Marcelo Terra explicou que é necessário criar filtros

257 para evitar que os alunos cursem normalmente o curso. A professora Kênya Lopes
258 destacou que um problema seria o gerenciamento das matrículas e ingresso dos alunos.
259 O professor Danilo Martins enfatizou que o controle acadêmico seria dificultado. O
260 conselheiro Miguel Camargo informou que é preciso levar em consideração a eficiência
261 acadêmica, um dos requisitos fiscalizados pela Controladoria Geral da União (CGU). O
262 conselheiro Octaviano Sidnei Furtado ressaltou que é importante enxergar que a
263 educação é subjetiva e que todos participam desse processo. O professor Miguel
264 Camargo reiterou que implantar esse sistema é um desafio. Após apresentação os
265 Cursos Técnicos em Agronegócio e Edificações foram autorizados, mas com a ressalva
266 da equipe do *Campus* Gurupi juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino analisarem a
267 oferta em módulos. Por conseguinte, a gerente de administração do *Campus* Araguaína,
268 Márcia Amado, apresentou o PPC do PROEJA em Vigilância e Saúde. A priori, ela
269 explicou que o nome do curso foi alterado porque o anterior PROEJA em Cuidador de
270 Idosos, não existe no Catálogo Nacional de Curso e o curso com duração de 3 anos e
271 meio com 35 vagas ofertadas. O presidente sugeriu que o curso fosse adaptado para 3
272 anos, observando a legislação. Após recomendações, o PROEJA em Vigilância e Saúde
273 foi autorizado. E não havendo mais nada a se tratar, encerra-se a reunião. Eu, secretária
274 do Conselho Superior Maiara Sobral Silva, lavrei a presente ata que, depois de lida e
275 aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho
276 Superior.

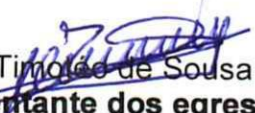

Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior

Jefferson Souza Noronha
Representante dos discentes – 1º titular

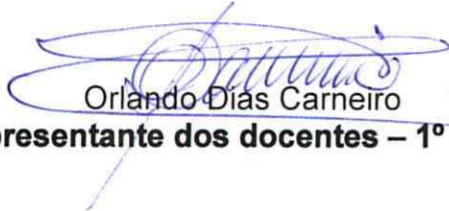
Bruno Henrique Fernandes
Representante dos discentes – 2º titular


Cícero Salatiel Pereira Lopes
Representante dos servidores técnico-administrativos – 1º titular

Francisco das Chagas Chaves da Rocha
Representante dos servidores técnico-administrativos – 1º titular


Timóteo de Sousa Lemes
Representante dos egressos – 1º titular

Fernando de Deus Santos
Representante dos egressos – 2º titular



Orlando Dias Carneiro

Representante dos docentes – 1º titular

Danilo Gomes Martins

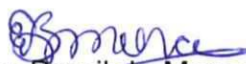
Representante dos docentes – 2º titular

Octaviano Sidnei Furtado

Representante dos diretores de campi – 1º titular

Miguel Camargo da Silva

Representante dos diretores de campi – 2º titular



Éder Brasil de Moraes

Representante dos servidores técnico-administrativos – 1º suplente

Rozângela Martins da Silva

Representante dos servidores técnico-administrativos – 2º suplente



Albert Lennon Lima Martins

Representante dos discentes – 1º suplente

Fábio Silveira Vidal

Representante dos docentes – 1º suplente



Maiara Sobral Silva

Secretária

